

**A ILMA. SENHORA PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSO HÍDRICOS – CERH – MG**

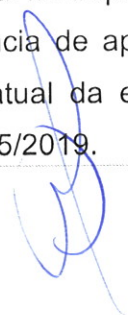
A/C – Secretária de Meio Ambiente – Dra. Marília Carvalho de Melo.

**Referência: Pedido de Reconsideração quanto ao arquivamento do
processo de outorga nº 04961/2018 – Proc. SEI: 1370.01.0047721/2020-63,
Protocolo 0542240/2021**

PARAOPEBA PARTICIPAÇÕES S/A – FAZENDA HZ – 02,
sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.161.629/0001-62,
com sede em Belo Horizonte/MG, na Rua Carlos Eduardo Lott, n.º 436, Bairro
Jardim Filadélfia, CEP: 30.865-230, por seu Procurador, vem, respeitosamente,
perante Vossa Senhoria, apresentar, **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da
decisão que não conheceu o Pedido de Reconsideração, por ausência de
apresentação da cópia dos atos constitutivos e sua última alteração, o que faz,
pelos seguintes termos e fundamentos jurídicos:

1. A Recorrente apresentou pedido de reconsideração em razão do
arquivamento do processo de outorga nº 04961/2018, Processo SEI
1370.01.0047721/2020-63, tendo em vista que a outorga requerida será de suma
importância no desenvolvimento do projeto de irrigação, que tem como objetivo
e produção de grãos para o abastamento ao mercado interno consumidor.

2. Ocorre que, ao analisar o referido pedido, o i. Coordenador da Urga
Central Metropolitana não conheceu do pedido de reconsideração em razão da
ausência de apresentação da cópia dos atos constitutivos e última alteração
contratual da empresa, com fulcro no inciso VIII do art. 36, do Decreto nº
47.705/2019.



3. Todavia, *data máxima vênia*, trata-se de vício formal sanável, bastando tão somente a intimação da parte para cumprir com o requisito estabelecido no mencionado artigo.

4. Nesse sentido, indispensável esclarecer que, a apresentação dos atos constitutivos e última alteração em momento posterior não representa nenhum prejuízo ao regular andamento do processo de outorga.

5. Acrescenta-se ainda, que todos os demais requisitos exigidos no artigo 36 do Decreto 47.705/2019 foram prontamente atendidos, conforme análise do próprio IGAM, não havendo mais nenhum óbice para o regular andamento do processo.

6. Neste sentido, segundo o entendimento pacífico da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é necessária a intimação prévia da parte para sanar o vício decorrente de representação nos autos ou da devida identificação das Partes, não sendo cabível a extinção de ofício ou o arquivamento do processo.

7. O novo Código de Processo Civil, que pode ser aplicado por analogia ao presente caso, dispõe em seu art. 76, *in verbis*:

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

8. Desse modo, por tratar-se de vício administrativo formal sanável, requer desde já a juntada da cópia dos atos constitutivos e a última alteração contratual da empresa Paraopeba Participações Ltda, e da Procuração que comprova os poderes de representação do subscritor do Pedido de Reconsideração com a empresa.

8. *Ex positis*, por estarem atendidos todos os requisitos técnicos para



deferimento do processo e autorização de outorga, requer seja apreciado o presente Recurso, e provido, para que o pedido de reconsideração outrora apresentado seja analisado, e depois de processado, que seja deferido a autorização de outorga requerida.

Termos em que, pede deferimento.

Belo Horizonte/MG, 19 de novembro de 2021.



PARAOPEBA PARTICIPAÇÕES S/A
FAZENDA HZ - 02